



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000010

PARECER JURÍDICO Nº 220.2021

Assunto: Projeto de Lei nº 135.2021.

Protocolo: 2223.2021, Vereador Valdomiro Bozó

Objetivo: *Dispõe sobre a instituição de campanha de combate ao assédio sexual no transporte coletivo do Município de Toledo.*

Parecer: Ilegalidade. Imputação de cometimento de crime sem trânsito em julgado. Violação ao princípio da presunção de inocência.

I. Relatório

O Vereador Valdomiro Bozó, na qualidade de relator da Comissão de Legislação e Redação, solicitou à esta Assessoria parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 84.2021 que *dispõe sobre a instituição de campanha de combate ao assédio sexual no transporte coletivo do Município de Toledo.*

É o relatório.

II. Parecer

Esta Assessoria já expressou entendimento que é possível a apresentação e aprovação de lei autorizativa, conforme Parecer Jurídico nº 51.2021.

Entretanto, esta não é uma lei *meramente autorizativa*, haja vista que o artigo 5º não só cria atribuições à Guarda Municipal (onde a atribuição é a proteção do patrimônio público), como também viola de sobremaneira o *princípio constitucional da presunção da inocência*, esculpido no artigo 5º, LVII da Constituição Federal.

Assim, a proposição, ao instituir obrigações aos servidores da Guarda Municipal, de um lado, viola o art. 30, § 1º, inc. III e IV da LOM, no estabelecimento de regras que respeitam à direção da administração e à organização e ao funcionamento do Poder Executivo, matéria essa que é da alçada da reserva da Administração.

Não menos importante, referido projeto normativo poderá intervir no contrato de concessão do serviço de transporte público.

Até que sejam sanados os vícios apontados, é o parecer pela não tramitação deste projeto de lei.

Toledo, 01º de outubro de 2021.

Eduardo Hoffmann
Assessor Jurídico

Fabiano Scuzziato
Assessor Jurídico